

Aborto vai custar ao Estado 5,8 milhões de euros por ano

Serviço Nacional de Saúde gastará entre 341 e 444 euros por cada intervenção

CUSTOS A interrupção voluntária da gravidez (IVG) deverá custar, pelo menos, 5,8 milhões de euros por ano ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), se se realizarem entre 17 mil e 18 mil abortos anuais a um custo mínimo de 341 euros por cada caso.

Segundo uma portaria ontem publicada no Diário da República, a IVG custará 341 ou 444 euros, consoante o método utilizado: com medicamentos ou cirurgia.

Um estudo da Associação para o Planeamento da Família (APF) indica que as portuguesas praticaram no ano passado entre 17 260 e 18 mil abortos. De acordo com o documento, para o qual foram inquiridas duas

mil mulheres, o método de aborto mais utilizado (antes da introdução da nova lei) foi a raspagem, seguido dos comprimidos e aspiração.

Contas por alto

Com base nos números do estudo da APF, e na regulamentação da nova lei que entrou em vigor no domingo, o Estado deverá pagar, pelo menos, entre 5,8 milhões e 6,1 milhões de euros pelas IVG. Valores que subirão sempre que o internamento for necessário. Segundo a tabela publicada ontem, um aborto medicamentoso com internamento deverá custar 829,91 euros. Já um aborto cirúrgico em

que a mulher seja internada custará 1 074,45 euros.

No entanto, de acordo com as estimativas da Direcção-Geral de Saúde ontem divulgadas, o SNS prevê realizar 20 mil IVG por ano, o que catapultará o gasto mínimo do Estado para valores entre os 6,8 e os 8,8 milhões de euros.

Objectivo: reduzir as IVG

O director-geral de Saúde disse ontem que, dentro de cinco anos, pretende reduzir ao mínimo possível o número de abortos a pedido da mulher em Portugal. No entanto, Francisco George não avançou as metas a atingir, já que estas dependerão da análise do novo programa de

Madeira mantém boicote à lei do aborto

O presidente do Governo Regional da Madeira, que suspendeu a aplicação da lei da IVG na região, diz que Portugal "está na ilegalidade" por aplicar uma lei que não respeita a vida. Alberto João Jardim respondia assim às acusações de que a Madeira estava na ilegalidade ao não aplicar a lei que despenaliza o aborto. A aplicação da lei na Madeira depende agora da decisão do Tribunal Constitucional depois de a Assembleia Legislativa da região ter pedido a fiscalização sucessiva do diploma. O Governo Regional da Madeira argumenta que a saúde está regionalizada, que o "não" no referendo ao aborto na Madeira atingiu os 64 por cento e que a região não tem dinheiro para suportar os custos das IVG.

planeamento familiar.

Francisco George anunciou ainda que 38 hospitais públicos e duas clínicas privadas no continente estão prontos para realizar IVG. De fora

ficam o hospital da Guarda, o de Matosinhos, o de Évora e o São Francisco Xavier, em Lisboa. Nos Açores, o hospital do Faial é o único preparado para fazer IVG.

LUSA

ID: 17631356	Metro Portugal	Tiragem: 180000 País: Portugal Âmbito: Informação Geral Perid.: Diária	Página: 1 Cores: Cor Área: 21,26X6,99 cm2 Corte: 2 de 2	
Data: 17-07-2007	Metro Lisboa			

Estado gasta com aborto 5,8 milhões por ano

Associação para o Planeamento da Família prevê que se façam pelo menos 17 mil interrupções voluntárias da gravidez por ano. Cada intervenção custará, no mínimo, 341 euros